

BLOCO MODERADOR



Informativo Eletrônico do Bloco Moderador Edição Especial 13 de maio de 2016

Impeachment: sessão de admissibilidade do pedido de afastamento de Dilma Rousseff

Collor diz que sistema político do país está em ruínas



Jonas Pereira/Agência Senado

O ex-presidente da República e Senador [Fernando Collor](#) (PTC/AL) declarou, na sessão de quarta-feira (11/5), que aprovou a admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), que o sistema político do país, “deteriorado em sua essência”, está em ruínas. Ele recordou que, por diversas vezes, alertou a presidente Rousseff e ministros sobre a necessidade de mudanças na condução do país e, apesar disso, não foi ouvido. Collor frisou que, diferentemente da situação de hoje, ele foi afastado da presidência em quatro meses, em um processo cujo parecer produzido pela Comissão Especial do

Senado tinha apenas dois parágrafos. “É crime de responsabilidade a mera irresponsabilidade com o País, seja por incompetência, negligência ou má fé”, afirmou.

Para o Senador Collor, diante da situação política, econômica e social do país, constata-se que o maior crime de responsabilidade está na irresponsabilidade pelo desleixo com a política, na irresponsabilidade pela deterioração econômica, na irresponsabilidade pelos sucessivos e achapantes déficits fiscais e orçamentários; na irresponsabilidade pelo aparelhamento desenfreado do Estado que, segundo ele, o torna inchado, arrogante, autos-

suficiente e ineficaz. O ex-presidente avaliou que nunca antes o Brasil passou por uma confluência tão clara, tão entrelaçada e aguda de crises na política, na economia, na moralidade e na institucionalidade.

“

É crime de responsabilidade a mera irresponsabilidade com o País, seja por incompetência, negligência ou má fé”

“Chegamos ao ápice de todas as crises. Chegamos às ruínas de um governo. Não foi por falta de aviso. Falei dos erros na economia, da excessiva intervenção estatal, das imprudentes renúncias fiscais. Falei da falta de política e diálogo com o Parlamento. Nos raros encontros com a presidente, externei minhas preocupações, especialmente após a sua reeleição, quando sugeri a ela uma reconciliação de seu novo governo com seus eleitores e com a classe política. Aler-tei-a sobre a possibilidade de sofrer *impeachment*. Mas não me escutaram. Coloquei-me à disposição. Ouvidos de mercador. Desconsideraram minhas ponderações. Relegaram minha experiência. A autossuficiência pairava sobre a razão”.

“

Chegamos ao ápice de todas as crises. Chegamos às ruínas de um governo. Não foi por falta de aviso. Falei dos erros na economia, da excessiva intervenção estatal, das imprudentes renúncias fiscais. Falei da falta de política e diálogo com o Parlamento [...]

Collor reafirmou que, em amplo contexto, “o todo dessa obra em ruína da atual administração tem também um pano de fundo ainda invisível para muitos: o sistema presidencialista adotado pela República”. O Senador lembrou que, ao longo desses 127 anos da República Federativa, há diversos registros de crises e sublevações, de levantes e insurreições, de revoltas e conflagrações, de golpes e revoluções. “Suplantada a aristocracia imperial, tivemos que superar a oligarquia republicana. Convivemos com estado de sítio, com estado de exceção. Enfrentamos ditaduras, civil e militar. E, ainda hoje, estamos em processo de redemocratização”.

Na visão de Collor, sob o presidencialismo o país usufrui tão somente de espasmos de democracia. O ex-presidente alertou que não há mais como sustentar um sistema anacrônico,

contaminado e deteriorado em sua essência, em sua prática e nos exemplos traumáticos da República. Collor lembrou que de 1926, com Artur Bernardes, presidente do Brasil, até 2011, com Luiz Inácio Lula da Silva, nenhum presidente da República transmitiu o cargo a seu sucessor sob as mesmas regras que recebeu do antecessor, tendo eles cumprido integralmente seus respectivos mandatos.

“Pelo visto, aquelas exceções serão mais uma vez quebradas, recomeçando novo ciclo de instabilidades. Ou seja, não podemos mais recheiar nossa história com deposições, suicídio, renúncias e impedimentos. Não existe fórmula mágica dentro do nosso presidencialismo, nem como recuperar esse modelo de coalizão, de cooptação e fisiologismo, que envergonham a classe política. Não há como continuar tentando formar um número salvador, simplesmente somando zeros. Os partidos, mais do que votar, precisam formular políticas. Por tudo isso, o sistema está em ruínas! E ruínas demandam reconstrução. Reconstrução requer determinação que, por sua vez, exige conscientização”.

O ex-presidente disse que, há 11 anos, presencia o choro de parlamentares decepcionados com as agruras e a verdade crua de um partido. “Hoje, envoltos em circunstâncias e tormentos incalculavelmente piores, sequer constatamos uma lágrima, de constrangimento que seja. Ao contrário: o que vemos é a defesa rouca, cega, mouca e intransigente. Entre retóricas e evidências; entre sofismas e contundências; entre quimeras e realidades e, especialmente, entre o golpe e a farsa do golpe, apesar de tudo e, por tudo isso, a população brasileira evoluiu na participação política. Mas admitamos, Senadores, regredimos no agir da política”.

Collor defendeu ainda que uma ‘Nova Política’ precisa se estabelecer, virando esta página, repensando e instituindo a política pela qual a sociedade clama. “O atual processo de *impeachment* nada mais é do que a tentativa de, a partir do passado, aplinar o presente para decantar o futuro. Um futuro em que precisaremos conciliar uma altiva e corajosa

voz de comando do Executivo, com a moderadora e conciliadora voz do Legislativo”.

Diferenças entre o processo atual e o de 1992

Em 1992, o processo contra Collor no Congresso, entre a apresentação da denúncia até a renúncia no dia do último julgamento, durou quatro meses. Entre a chegada ao Senado da autorização da Câmara até o seu afastamento provisório, transcorreram-se 48 horas. No processo atual, já se foram mais de oito meses, com 23 dias somente na fase inicial no Senado, podendo se passar mais seis meses após a decisão da admissibilidade. O Senador apontou que o rito do processo no Congresso Nacional é o mesmo, mas o ritmo e o rigor, não. Collor rememorou que foi instado a renunciar na suposição de que as acusações contra ele eram verdadeiras.

“Mesmo sem a garantia da ampla defesa pelo Congresso, em todas as fases, me utilizei de advogados particulares. Dois anos depois, fui absolvido de todas as acusações no Supremo Tribunal Federal. Portanto, dito pela mais alta Corte de Justiça do País, não houve crime. Mesmo assim, perdi meu mandato e não recebi qualquer tipo de reparação”, frisou, ressaltando que a história lhe reservou este momento e, por isso, deve vivê-lo no estrito cumprimento do seu dever. Porém, inspira-se no ensinamento de Holbach: “Tudo nos prova que a cada dia nossos costumes se abrandam, os espíritos se esclarecem e a razão conquista terreno”.

“

E ruínas demandam reconstrução. Reconstrução requer determinação que, por sua vez, exige conscientização

Monteiro: “Lei do *impeachment* representa um fator de instabilidade no sistema político brasileiro”

Ao se pronunciar contra a admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o Senador Armando Monteiro (PTB/PE) esclareceu que fez questão de reassumir o seu mandato a tempo de poder participar da votação. O parlamentar estava licenciado há 15 meses, enquanto exercia o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O Senador relatou o apoio que recebeu da presidente Dilma Rousseff quando estava à frente do Ministério. “Foi para que eu pudesse, ao longo desse período, promover um esforço importante na área de exportação, in-

clusive na celebração de acordos que contribuirão para aumentar e ampliar a inserção externa do Brasil”.

Destacou o Senador Monteiro que o Congresso Nacional trabalhou para tumultuar o governo Rousseff. “A responsabilidade fiscal não é algo que apenas decorre de uma postura do Executivo. A responsabilidade fiscal tem que ser algo também presente nas decisões do Congresso Nacional”.

Armando Monteiro classificou o processo de impeachment como a abertura de um “gravíssimo precedente” de ruptura da ordem institucional. Ele rejeitou as acusações de crime de responsabilidade e afirmou que Dil-

ma Rousseff foi submetida a um juízo eminentemente político, permitido por uma legislação inadequada às circunstâncias de hoje. “Há inadequação da Lei do impeachment (Lei nº 1.079), que foi criada e editada num contexto histórico que precisa ser lembrado: em 1950, durante o Governo de Getúlio Vargas, quando já se percebia uma crise política de graves proporções. Portanto, hoje a Lei do impeachment representa um fator de instabilidade no sistema político brasileiro”, justificou. “O Brasil precisa promover um novo regime fiscal, precisa completar a agenda da reforma, que negligenciamos todos”, finalizou.

Com base nas Notas Taquigráficas



Blairo Maggi: “O Brasil é de todos nós”

“Sou um político que pensa no bem da população, na geração de renda e emprego e na construção da riqueza do país. Disse que já há algum tempo defendo a possibilidade de um *impeachment* por considerar o governo federal um cadáver insepulto”, disse o Senador [Blairo Maggi](#) em seu discurso na sessão de admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Para o Senador Maggi, a crise econômica é uma das mais fortes razões para o apoio popular ao afastamento de Dilma Rousseff. “Se não há produção, não há quem compre, não há quem venda e não há impostos. Assim, o Brasil afunda mais. Até o final do ano, se não revertermos o que está aqui, a grande maioria dos estados da Federação brasileira e os municípios brasi-

leiros não terão recursos, não terão dinheiro em caixa, para fazer frente aos seus compromissos mínimos, como o pagamento da folha de salários e encargos”, justificou.

Blairo Maggi discordou das afirmações de alguns senadores do PT. “Eu ouço os meus colegas que tentam dividir o Brasil como se as pessoas pobres e os mais necessitados fossem propriedade do Partido dos Trabalhadores. Não são propriedade de vocês”.

“Isso é querer dividir o País, isso é querer se apropriar de uma coisa que não é de vocês. O Brasil é de todos nós. E todos nós temos a responsabilidade de conduzir este País dessa forma, criando e gerando oportunidade para todos”, defendeu o Senador mato-grossense.

“

[...] Tentam dividir o Brasil como se as pessoas pobres e os mais necessitados fossem propriedade do PT. [...]. Não são [...]. Isso é querer dividir o País. [...] O Brasil é de todos nós”

Com base nas Notas Taquigráficas



Eduardo Amorim diz que governo extrapolou sua competência, desrespeitando a Lei Orçamentária



Jefferson Rudy/Agência Senado

“Este *impeachment* só está ocorrendo porque a presidente não soube respeitar a Constituição e as Leis. Não soube respeitar os demais poderes. Não soube respeitar, sobretudo, o povo brasileiro”, afirmou o Senador [Eduardo Amorim](#) (SE), líder do Partido Social Cristão no Senado Federal, durante a Sessão de admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente da República.

Segundo o parlamentar, essa é uma situação pela qual o Brasil passou, uma vez, sem nenhum risco de desajuste institucional. “Embora o Poder Executivo possa editar normas para gerir sua administração, a presidente extrapolou sua competência”, disse. Para ele, “foi nesse momento que surgiu a importância do instrumento do impedimento”.

“Os crimes de responsabilidade praticados trouxeram as piores consequências para o país e para o povo

brasileiro. O país está quebrado, está sem credibilidade e foi rebaixado inúmeras vezes pelas principais agências de classificação de risco”, disse Eduardo Amorim. O parlamentar completou que “quase 12 milhões de brasileiros perderam seus postos de trabalho e estão sem perspectiva de encontrar uma nova colocação”.

Trazendo a situação para o estado de Sergipe, o Senador Amorim afirmou que há mais de cinco mil novos desempregados, com grande redução do número de vagas oferecidas. “Esse quadro de absoluto caos ético, social e econômico completa o meu convencimento em votar pela admissibilidade do *impeachment* da presidente”.

Respeito

Ao fazer o uso da palavra, o Senador sergipano disse que “o povo exige respeito. Respeito ao suor do

seu trabalho. Respeito a cada centavo de tributo pago. Respeito à coisa pública. Respeito ao direito de sonhar com um futuro digno para si e para milhões de famílias”.

“Que o atual vice-presidente, Michel Temer, administre com firmeza e harmonia, para fazer um grande concerto, em torno dos objetivos fundamentais de nossa República, em busca de reequilíbrio das contas públicas, da retomada do desenvolvimento, da erradicação da pobreza e da promoção do bem comum”, afirmou Amorim.

Ao finalizar o discurso, o Senador Eduardo Amorim disse esperar que “os brasileiros possam recolher os ensinamentos deste triste período de nossa história, e trago em mim a certeza de que superaremos este momento e construiremos um novo país, à altura das aspirações do povo brasileiro, tão sofrido, tão enganado”.

Magno Malta: “O momento não traz alegria nem satisfação, mas a ruptura é necessária”



Pedro França/Agência Senado

Em seu discurso na sessão que antecedeu a votação pela admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o Senador [Magno Malta](#) (PR/ES) afirmou ser preciso evocar o “conjunto da obra”, tanto para os que defendem quanto os que acusam o governo Rousseff.

Disse o Senador que o Brasil, hoje, “é como um corpo diabético, com uma perna gangrenada, já há muito tempo, pronta para ser amputada. E pela lógica, se amputarmos a perna, salvaremos o corpo; em não a amputando, comprometeremos todo o corpo. Este País febril vai ter restituída a sua saúde e as suas energias no momento em que, de forma corajosa e ainda que com sentimentos, amputarmos a perna apodrecida para salvarmos o corpo. É preciso tempo para recuperação e cicatrização, o que demanda cuidados. Cuidados que temos que ter no pós-*impeachment*”.

Referindo-se ao “projeto ideológico de poder do Partido dos Trabalhadores”, Magno Malta afirmou que o objetivo era “chegar ao poder e, em chegando, colocar em prática, com o aparelhamento do Estado, seu pensamento, para governar ideologicamente. Isso é o Foro de São Paulo, que chega ao penúltimo momento de sua vida, porque o último será daqui a 180 dias”.

Segundo o Senador, “o PT não quis votar a Constituição Cidadã de 1988, não votou a Lei de Responsabilidade Fiscal e se negou a votar o Plano Real, que nos tirou do buraco horroroso onde nós estávamos e locupletou-se de tudo isso”.

Para Magno Malta, ninguém vai esquecer ou é capaz de negar a inclusão social que houve [no governo Lula], o que, na sua opinião, seria uma irresponsabilidade. Recordou o Senador que, ao assumir o governo, Lula adiantou os *royalties* do petróleo e ajudou o Espírito Santo, “mas a mão, que deu com essa, tirou com essa, a economia do Espírito Santo passou 42 anos recebendo o incentivo fiscal do Fundo de Desenvolvimento das atividades portuárias (Fundap), mas de uma forma grosseira, como a que tira um filho de um pai, Dilma Rousseff suspendeu-nos os recursos daquele incentivo. Se não fôssemos um Estado pujante, pequeno, mas valente, já teriam destruído o Estado do Espírito Santo”, justificou.

Ao elogiar o Bolsa Família, revelou Malta que sugeriu a Michel Temer manter e melhorar o programa, mas dando-lhe uma porta de saída, “porque o Bolsa Família só tem porta de entrada, e um bom programa social tem que ter duas portas”.

Recordou o Senador que, durante a

campanha eleitoral de 2014, Rousseff dizia que os demais candidatos, caso chegassem ao poder, iriam “aumentar juros, taxas, e acabar com o Bolsa Família, com o Pronatec, iriam cortar dinheiro da educação, mas isso foi tudo o que ela fez, no dia seguinte, após ganhar as eleições, com um maquiado orçamento, fruto das pedaladas fiscais”.

Chacota do mundo

Para Magno Malta, o mundo tem de entender que o Brasil tem ordenamento jurídico e que o instituto do *impeachment* está previsto na Constituição. Recordou ele que “a violência aumentou no país, dilaceraram com a nossa economia e nos jogaram no fosso onde estamos, desclassificados por todas as agências de risco! Nós viramos chacota do mundo”.

Ao comentar o lema “Pátria educadora” do governo Rousseff, recordou Malta que o primeiro corte feito foi na educação, que hoje tem professores não reciclados, mal pagos; escolas vazias, pichadas e alunos amedrontando professores. Malta mencionou a Lava Jato, os desvios da Petrobras e a suspensão do programa Ciência sem Fronteiras, recordando que os estudantes que ganharam bolsa agora estão voltando. Citando o surto do vírus zika, ele lamentou que “a saúde foi destruída no país”.

Ao concluir, ressaltou Magno Malta estar falando “em nome de um Brasil do futuro, mas do Brasil que me dá saudade, aquele em que tínhamos [as disciplinas] Organização Social e Política Brasileira (OSP) e Estudos Sociais na escola, onde cantávamos o Hino Nacional antes de entrar, chovesse ou fizesse sol. O Brasil onde éramos assaltados de um sentimento nativista e de amor por esta terra. Esse Brasil desapareceu. Mas o Brasil que eu quero para a minha neta é um Brasil que canta o Hino Nacional, é um Brasil de brasileiros que não roubam as suas riquezas”.

Com base nas Notas Taquigráficas

Crivella: “Peço a Deus que sejamos justos e não justiceiros”

Em seu discurso na sessão do Plenário que votou a admissibilidade do processo de *impeachment*, o Senador [Marcelo Crivella](#) (PRB/RJ) manifestou seu desejo de que ficasse consignado nos Anais do Senado Federal o seu pesar em votar a favor da abertura do processo para investigar se a Presidente da República cometeu atos de crime de responsabilidade durante a sua gestão. “Eu não o queria e não o quero, eu não o desejava e não o desejo; cumpro aqui um duro dever, diante dos fatos, a que me impõe o povo brasileiro, sobretudo a minha gente sofrida e valente – o povo fluminense”, afirmou.

Acrescentou o Senador Crivella que “se, de um lado, não resta sombra de dúvida de que a Presidente é honesta e tem relevantes serviços prestados à Nação, também não resta dúvida de que há indícios de crimes de respon-

sabilidade cometidos em sua gestão e de uma grave crise econômica, política e social, em tese, dela advinda”.

Crivella fez questão que ficassem também consignados “os riscos do voluntarismo compulsivo dos governos, sobretudo em ano eleitoral, que consiste no exorbitante aumento do gasto público, ainda que em projetos sociais de inegável relevância, sobretudo num País de persistente e oprobriosa desigualdade como o nosso, mas que, à frente, cobram altíssimo preço à estabilidade econômica da Nação”.

Enfatizou o Senador fluminense que seu voto não era de “condenação da Presidente, não era de afastamento definitivo, mas de abertura do processo que passa a ser conduzido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e que vai apurar se os indícios darão luz às provas, aos crimes de responsabilidade previstos na Constitui-

ção Federal, artigos 67 e 68, e na Lei nº 1.079, de 1950, garantidos os princípios da ampla defesa, do contraditório, do devido processo legal”.

Ao concluir, Crivella citou o Padre Antônio Vieira: “Ele dizia que humanidade é o que a justiça espera. Entre o justo e o justiceiro, há uma diferença: ambos castigam, mas o justo castiga e isso lhe pesa; o justiceiro castiga e se regozija. O justo castiga por imposição da justiça; o justiceiro por inclinação do sadismo. O justo com mais vontade absolve do que condena; o justiceiro com mais vontade condena do que absolve. A justiça fica entre a piedade e a crueldade: os justos se inclinam para a piedade; o justiceiro para a crueldade”. Para Crivella, o processo [de *impeachment*] “deve buscar a Justiça, e peço a Deus que sejamos justos e não justiceiros”.

Com base nas Notas Taquigráficas



Pelo *impeachment*, Fagundes fala sobre reforma política e novo Pacto Federativo

Para o Senador republicano, esta é a “mãe de todas as reformas”



Da Assessoria do Senador

Ao se pronunciar pela admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em sessão encerrada na manhã de quinta-feira (12/5), o líder do Partido da República no Senado, [Wellington Fagundes](#) (MT), destacou a necessidade de o Parlamento se mobilizar pela votação da reforma política – a qual chamou de “mãe de todas as reformas”. Ele também voltou a defender a construção de um novo Pacto Federativo como alternativa de solução das demandas da sociedade.

Em discurso realizado pouco depois das 2 horas da manhã, o republicano afirmou que, neste momento inédito de uma simultânea crise política e econômica, o Congresso precisa se dedicar à votação dos temas que impactam de forma direta a sociedade. “O Brasil precisa da reforma política, com a qual nos comprometemos

nas últimas eleições” - ele frisou.

Segundo o Senador, com a reforma política em curso, e “como devido apoio popular”, será possível construir outras reformas específicas. Wellington Fagundes citou os casos das reformas tributária, previdenciária e trabalhista.

O líder republicano também afirmou ainda haver necessidade de ser votado um verdadeiro Pacto Federativo, que prefeitos e vereadores reivindicam. Ele destacou o evento municipalista Marcha dos Prefeitos a Brasília, que ocorreu essa semana e chegou à sua décima nona edição com mobilização recorde.

“É no município que estão depositadas todas as expectativas. E onde estão as demandas que clamam por soluções. Estou certo de que precisamos promover o reordenamento institucional”, completou.

O republicano ainda reforçou a necessidade de alinhar os interesses da

população à elaboração de efetivas políticas sociais. “Nos debates na Comissão Especial do *Impeachment*, onde represento o bloco Moderador, alertei e reforço o que disse: precisamos urgentemente fortalecer o diálogo entre o Governo, o Parlamento e o povo, para a boa execução das políticas públicas e o controle dos recursos”, alertou.

Para Fagundes, o país carece de bons projetos para que os recursos não sejam desperdiçados ou deixem de ser utilizados. “São esses projetos que melhoram as condições de vida da nossa população, trazendo mais saúde, educação e segurança, necessidades que tanto o povo reivindica com todo o direito, pois paga impostos e quer vê-los aplicados com eficiência”, cobrou.

Ao final de seu discurso, o Senador mato-grossense pediu que a experiência de todo o processo de *impeachment* sirva para aprimorar e fortalecer as instituições brasileiras.

“Lula foi o Primeiro-Ministro deste país o tempo todo”



Geraldo Magela/Agência Senado

Em sessão destinada à deliberação da admissibilidade do processo de *impeachment* (11/5), o Senador [Zeze Perrella](#) (PTB/MG) lamentou o momento e a atual situação do país, que classificou como “momento triste, mas que deve ser cumprido com responsabilidade”.

O Senador mineiro reconheceu o direito ao contraditório à presidente Dilma Rousseff em todos os momentos designados para sua defesa, afirmando que “ela não poderá alegar que lhe foi cerceado o direito de defesa”.

“O que esse pessoal fez com o Brasil foi uma coisa inacreditável”, disse o Senador Perrella, referindo-se aos partidos aliados ao Governo que trouxeram prejuízos para o Brasil, “como transformar a maior estatal do Brasil, quarta maior empresa do mundo, em uma empresa sucateada”. “Ela baixou a conta de luz para enganar o povo e quebrou o setor elétrico brasileiro. O Governo acabou com os empregos e está acabando com as empresas”, destacou.

“

“Eu falo dessa militância paga, desse pessoal que aparelhou o país para roubar o suado dinheiro do povo brasileiro, isso é o que não podemos admitir, e foi esse o real motivo do impeachment”

Perrella acredita que os motivos que levaram as pessoas a se revoltarem e irem para as ruas superaram as tais “pedaladas”, e que hoje os senadores estão nada mais do que cumprindo o dever e o papel que lhes foi concedido.

“Eu falo dessa militância paga, desse pessoal que aparelhou o país para roubar o suado dinheiro do povo brasileiro, isso é o que não podemos admitir, e foi esse o real motivo do *impeachment*”, acrescentou Perrella.

“É honesto o que fizeram com a Petrobrás? Foi honesto Pasadena? Ela [Rousseff] deixou que essa quadrilha tomasse o país, e o assaltasse, ela permitiu, em nome de um projeto de poder falido, que na verdade ela nunca teve liderança, nem dentro desta Casa e nem na Câmara. E Lula foi o Primeiro-Ministro deste país o tempo todo”!

“Que Deus nos proteja a todos, porque merecemos um país melhor”, concluiu o Senador Zeze Perrella.

Almoço de trabalho destaca boas-vindas e despedida



Jr. Mourão

O Almoço de trabalho do Bloco Moderador da terça-feira, 10 de maio, marcou a volta ao Senado Federal do Senador Armando Monteiro (PTB/PE), ex-ministro do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Os membros do Bloco deram-lhe as boas-vindas. E a despedida do Senador Blairo Maggi, que assumiu o Ministério da Agri-

cultura, Pecuária e Abastecimento do Governo Michel Temer. O Bloco deseja-lhe sucesso na nova missão.

Assessoria do Bloco

Da esquerda para a direita: primeiro suplente do Senador Wellington Fagundes, Jorge Yanai, Senador Elmano Férrer (PTB/PI); Senador Marcelo Crivella (PRB/RJ), Senador Blairo Maggi (MT), o líder do Bloco, Senador Fernando Collor (PTC/AL), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Eduardo Amorim (PSC/SE) e o Senador Wellington Fagundes (PR/MT).

Bloco Moderador Informativo Eletrônico

Líder:

Senador Fernando Collor (PTC/AL)

Vice-líderes:

Senadores

Wellington Fagundes (PR/MT),

Elmano Férrer (PTB/PI)

Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senadores Membros:

Armando Monteiro (PTB/PE)

Blairo Maggi

Eduardo Amorim (PSC/SE)

Elmano Férrer (PTB/PI)

Fernando Collor (PTC/AL)

Magno Malta (PR/ES)

Marcelo Crivella (PRB/RJ)

Vicentinho Alves (PR/TO)

Wellington Fagundes (PR/MT)

Zeze Perrella (PTB/MG)

Chefe de Gabinete:

Álvaro Araújo Souza

Jornalista Responsável:

Joberto Sant' Anna

Layout:

Josias Wanzeller

Diagramação:

Larissa Rocha

blocomoderador@senado.leg.br